



CÂMARA MUNICIPAL

Município de Rio Bonito do Iguaçu

Estado do Paraná

6ª Legislatura

3ª Sessão Legislativa

33ª Sessão Ordinária

ATA Nº 041/2015 – SESSAO ORDINARIA

Aos três dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze às dezenove horas na sede da Câmara Municipal de Rio Bonito do Iguaçu, Estado do Paraná, sob a Presidência do Vereador Anderson de Oliveira o qual fez à verificação da presença dos Senhores Vereadores pela ordem: Anderson de Oliveira, Irineu Ferreira Camilo, João Laerte Bovino, Jucimar Périco, Nelço Bortoluzzi, Daizi Camello, Laertes Carador Moreira, Milton Rodrigues da Silva e Oséias de Oliveira. O Sr. Presidente verificando quórum legal, deu inicio aos trabalhos da hora do expediente convidando o secretário Adilson Adolfo Kwapis para que proceda a leitura da ata anterior para sua devida apreciação. A seguir o Sr. Presidente passa para os trabalhos da hora do expediente. Deram entrada as seguintes matérias: Mensagem nº 032/2015 subscrito pelo Prefeito Municipal Sr. Irio Onélio de Rosso encaminhando em Regime de Urgência o Projeto de Lei nº 028/2015 que Autoriza o Executivo Municipal a efetuar abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento de 2015 e dá outras providências. O Sr. Presidente esclareceu aos Nobres Pares que o Projeto é referente aos resíduos sólidos, o qual o mesmo passou por licitação, sendo a empresa vencedora da cidade de dois vizinhos a efetuar a coleta. Mas diante da necessidade de haver um local de coleta especifica o executivo solicitou dotação orçamentária, haja vista a mesma não estar prevista no LDO (Lei de Diretrizes Orçamentarias) de 2015. Aceito pela entrada e aprovado por unanimidade em regime de urgência. Encaminha-se para a Comissão de Legislação, Justiça e Redação para o parecer sobre sua legalidade e constitucionalidade. Mensagem nº 033/2015 subscrito pelo Prefeito Municipal Sr. Irio Onélio de Rosso encaminhando o Projeto de Lei nº 029/2015 que Inclui projeto/atividade junto aos anexos da Lei Municipal nº 1038/2013 e dá outras providências. O Vereador Irineu F. Camilo

questionou o objeto do projeto. Atenuou sobre o adicional, se o mesmo servirá para o transporte ou para a construção do local. O Sr. Presidente esclareceu que o crédito servirá para construir o local de acondicionamento dos resíduos sólidos. Aceito pela entrada e aprovado por unanimidade em regime de urgência. Encaminha-se para a Comissão de Legislação, Justiça e Redação para o parecer sobre sua legalidade e constitucionalidade. Mensagem nº 034/2015 subscrito pelo Prefeito Municipal Sr. Irio Onélio de Rosso encaminhando o Projeto de Lei nº 030/2015 que Altera anexos da Lei Municipal nº 1.066/2014 que dispõe sobre a LDO de 2015 e dá outras providências. O Vereador Milton R. da Silva indagou o Sr. Presidente referente a forma de aplicação do adicional do referido projeto, sendo o valor que corresponde á cinquenta mil reais e o prazo vigente dentro do exercício solicitado. O Sr. Presidente esclareceu que dependendo do valor será necessário contratar através de licitação, salvo partindo de mão de obra própria, poderá apenas licitar os materiais e a obra poderá ficar mais acessível dentro do valor solicitado de cinquenta mil reais. O Vereador Milton colocou-se preocupado diante da realização do projeto, disse que é necessário incluir este valor na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentarias) de 2015 para que seja possível a contratação da empresa. Mas entende que diante da burocracia poderá haver atrasos e o dinheiro que ficará disponível não será aplicado onde de fato é objetivo, pois considera a coleta do lixo orgânico está de fato problemática, assim cobrou ação do executivo, para que executem a obra descrita dentro do prazo. O Vereador João L. Bovino disse que participou de uma audiência pública onde o Secretário Hamilton Belloni declarou que uma licitação estava em andamento, mas o Nobre Par não estendeu quanto a explanação, pois a referida licitação está sendo anunciada no projeto destaque e como citada anteriormente o valor do crédito vai atribuir qual especificidade de atendimento. O Sr. Presidente informou que houve uma licitação para que uma empresa recolha o lixo sólido, mas diante da legislação ambiental é necessário que se construa um local adequado de depósito para esta empresa recolher o lixo, tendo em vista que o município não tem aterro sanitário e desta forma é a única forma de acondicionar o lixo até a sua remoção do município. Aceito pela entrada e aprovado por unanimidade em regime de urgência. Encaminha-se para a Comissão de Legislação, Justiça e Redação para o parecer sobre sua legalidade e constitucionalidade. Mensagem nº 035/2015 subscrito pelo Prefeito Municipal Sr. Irio Onélio de Rosso encaminhando o Projeto de Lei nº 031/2015 que Autoriza o Executivo Municipal a efetuar abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015 e dá outras providências. Aceito pela entrada encaminha-se para a Comissão de Legislação, Justiça e Redação para o parecer sobre sua legalidade e constitucionalidade. Ofício nº 133/2015 subscrito pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. Sônia Maria Schmitt o qual em resposta ao Ofício nº 094/2015 – Pedido de Informação nº 006/2015 de autoria do Vereador Laertes Carador Moreira, informando que em contato com a ASSISCOP, na pessoa de Frank Willian de Souza, atual diretor, o mesmo orienta a fazer denúncias, solicitações, sugestões e reclamações junto a ouvidoria da instituição. O Vereador Laertes C. Moreira colocou-se insatisfeito com a resposta do ofício, disse que não esclareceu e menos resolveu qualquer fato apresentado. Solicitou ao Sr. Presidente para enviar um novo ofício cobrando de forma contundente a responsabilidade da Secretária de Saúde sobre as questões de atendimento a cerca do ônibus que faz a linha com pacientes a até a capital do estado. Colocado em votação, aprovado por unanimidade, oficiou-se como solicitado. Nada mais havendo na matéria de expediente, passa-se para matéria de discussão única e votação. Nada havendo na matéria de discussão única e votação, passa-se para matéria de primeira discussão e votação. Nada havendo na matéria de primeira discussão e votação, passa-se para matéria de segunda discussão e votação. Deu entrada a seguinte matéria: Projeto de Lei nº 027/2015 de autoria do Sr. Prefeito Municipal que Autoriza o Executivo municipal a suplementar Crédito Adicional Especial no Orçamento do Município de 2015 e dá outras providências.

Aprovado por unanimidade faça-se a lei. Nada mais havendo na matéria de segunda discussão e votação, passa-se para matéria de terceira discussão e votação. Nada havendo na matéria de terceira discussão e votação, passa-se para palavra livre. Dando início o Vereador Laertes C. Moreira cumprimentou o público presente, onde destacou sua preocupação ao projeto de abertura de crédito, frisou o repasse do valor referente ao acordo do ICMS onde o recurso é livre e seria destinado para cascalhamento, término da casa do idoso e demais serviços. Ressaltou a necessidade da aplicação do recurso diante de várias necessidades do município, focou na forma que o executivo está gastando o dinheiro e se não tiver planejamento certamente as ações de prioridade não serão cumpridas. Disse que está acompanhando vários editais de licitações entre merenda, materiais de consumo e pneus, mas até o momento nenhum metro quadrado de calçamento teve edital aberto. Diante dessas circunstâncias o Vereador potencializou o trabalho das comissões onde irão fazer o parecer das aberturas de crédito e demais aprovação de recurso que todos os Vereadores aprovaram, as quais deveriam ser para aplicação de obras dentro do município. O Vereador anunciou que foi procurado por moradores do loteamento Zanatta onde os mesmos estão cobrando a realização do calçamento, informaram que há um prazo de dois anos para a conclusão do mesmo, mas já passou três anos e nada foi realizado. O Nobre Par colocou-se parceiro e cobrará junto ao executivo a ação dos responsáveis pela execução da obra. O Vereador Milton R. da Silva agradeceu a presença do público e destacou a situação de descredito que a imprensa inscrita e falada apresenta o momento político e também os políticos atuais. Disse que o político que tiver transparência nas suas ações será mais favorecido diante dos outros. Frisou apontando que suas ações serão sempre voltadas para a população, independente de sigla partidária ou lado político. Compartilhou das palavras do Vereador que antecedeu dizendo que existe preocupação a cerca do recurso oriundo do ICMS, pois o valor que estava estimado de aproximadamente mais de quatro milhões, veio á dois milhões e novecentos aproximadamente. Por estes fatos a clareza de haver ações do executivo na realização de obras, pelo fato que se aproxima o final de ano a muitas secretarias fecham suas funções. Para o Vereador é necessário que duas secretarias estejam funcionando, de habitual à secretária de saúde e mais a secretária de viação. Atribuiu a necessidade desses atendimentos, diante de inúmeras particularidades que não foram atendidas no decorrer do ano e o compromisso de todos os vereadores em aprovar os recursos foram cumpridos, cabe ao executivo transpor suas ações e cumprir com as necessidades da população. Acentuou dizendo que no diário oficial existe muita contratação de técnicos e demais funcionários, além de mais aberturas de créditos, evidenciou altíssima a folha de pagamento do município. Falou que a promotoria cobra a redução de gastos mais fecha os olhos para mais contratações, ao invés de compartilhar das necessidades que a população necessita em aumentar a quantidade de remédios, permitir pequenos serviços de máquinas dentro de propriedades entre outros benefícios para o povo. Diante dos fatos o Vereador enfatizou desenvolvimento por parte do executivo, falou da obra do centro do idoso e o cascalhamento em diversas estradas, apesar do esforço do secretário de viação não será possível a contratação de mais maquinários para vencer o serviço, tendo em vista o principal meio de renda dos agricultores que é a produção de leite, onde necessitam diariamente de estradas em boas condições, é fundamental a participação do executivo na aplicação do recurso disponível. O Nobre Par disse contundentemente que o executivo deverá tomar atitudes imediatas diante dos problemas que acerbam principalmente as estradas, pois os vereadores votaram a favor de abertura de crédito e demais recursos e são os primeiros a receberem críticas diante da falta de atendimento da administração, desta forma cobrou do executivo a realização das obras que é de direito da população. O Sr. Presidente sugeriu aos Nobres Pares enviar um ofício ao Prefeito Municipal solicitando informações acerca da aplicação do recurso do ICMS, justificou dizendo que a Câmara

de Vereadores por seus nove Vereadores, foi primordial no aumento do índice do percentual de 3 (três) para 5 (cinco) por cento o valor do acordo entre os municípios de Saudade do Iguçu e Rio Bonito do Iguçu. Diante deste fato evidenciou de direito os Vereadores saber como, onde e quando será aplicado o referido recurso livre. Colocado em votação. Aprovado por unanimidade. Oficia-se como solicitado. O Vereador Nelço Bortoluzzi agradeceu a presença do público e compartilhou as falas do nobre par quando citou o excesso de contratação realizado pelo poder executivo, evidenciou o valor aproximadamente de um milhão duzentos e setenta e um mil reais, sendo quinhentos e sessenta funcionários vigentes. Destacou também uma liberação de emenda oriunda do Deputado Frangão no valor de cem mil reais para compra de equipamentos, onde a assessoria do Deputado informou que o recurso estava disponível na conta do município a mais de trinta dias. O Nobre Par buscou informações referentes ao valor disponibilizado, sendo o mesmo informado que o recurso não existia, apenas havia recurso de outro deputado. Vereador Nelço procurou averiguar com intensidade e descobriu através de funcionários da contabilidade a veracidade do recurso já disponível na conta do município. Após a confirmação do recurso o Vereador buscou informar a Secretaria de Saúde para providenciar os trâmites legais para utilizar o recurso em prol da saúde. Após anunciar o recurso que estava disponível a mais de trinta dias, até o presente momento não houve qualquer movimento para realização de licitação para a compra de equipamentos. O Nobre Par informou que através de informações da equipe técnica da saúde é necessário fazer um levantamento para priorizar a aquisição, desta forma declarou-se preocupado diante do prazo e por se aproximar do final de ano este recurso pode expirar, onde avaliou uma oportunidade perdida. Manifestou-se preocupado pelo fato da emenda estar liberada e a falta de iniciativa da secretaria de saúde e do executivo pode causar a perda do recurso, avaliou existência do processo burocrático, mas estará acompanhando para auxiliar na realização da aplicação do recurso. O Vereador Irineu F. Camilo cumprimentou o público presente e destacou a emenda do Nobre Par, alertou que deve haver um acompanhamento contundente, pois existe um programa do governo federal chamado SICONV (Sistema de Convênios) que ao deixar de alimentá-lo com informações, o recurso pode extinguir, citou exemplo de administrações que não tiveram o cuidado e perderam recursos. Destacou também a forma de interpretação que muitos têm de sua pessoa quando cita acontecimentos dentro da administração, pois tratam sua cobrança como perseguição, sendo que é sua função e de direito fiscalizar, visto que a população cobra dos Vereadores e a forma do trabalho do legislativo é evidenciar a falta de gestão e apontar os erros. A exemplo evidenciou a quantidade de contratações realizadas pelo executivo sendo que, nos três anos o município arrecadou aproximadamente noventa e três milhões de reais e nada foi realizado a não ser a folha de pagamento da prefeitura com aproximadamente um milhão e duzentos mil reais. Esclareceu que não está questionando a qualidade dos funcionários nem efetivos ou contratados, mas alertando pela quantidade ou necessidade de haver tantos funcionários no município diante do atendimento e proporcionalidade de municípios de Rio Bonito do Iguçu. Apontou que esta cobrança é por parte da população, além identificou a ação do TCPR (Tribunal de Contas do Estado do Paraná) que notificou alguns municípios do Paraná inclusive Rio Bonito do Iguçu pelo fato de estar muito próximo ao limite de cinquenta e quatro por cento permitido para a folha de pagamento. Aclarou que é trabalho dos Vereadores cobrar, mas está evidenciado que a gestão está com problemas, disse que é dever do Prefeito acompanhar os limites ou solicitar da equipe técnica informações para não comprometer o funcionamento administrativo do município. O Vereador João L. Bovino cumprimentou o público, anunciou aos Vereadores e participantes da sessão que haverá no dia nove de novembro audiência pública referente a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) para o exercício 2016, convidou a todos para participarem. Destacou a questão da regularização de lotes no centro

da cidade onde os moradores por varias gestões cobram por uma solução. O Vereador informou o surgimento de uma lei que trata da regularização fundiária, sendo está uma oportunidade de resolver a questão da documentação dos lotes, comunicou que procurou uma empresa cujo a mesma está realizando em diversas cidades a regularização de terrenos e loteamentos semelhantes a Rio Bonito do Iguazu. Diante do fato o Nobre Par explanou a forma e o seguimento para dar inicio ao processo da regularização, disse que deverá partir como iniciativa do executivo através de projeto de lei para ser aprovado pelo legislativo, assim, tornando-se lei a empresa poderá munir de documentos legais para dar inicio a processo. O Vereador solicitou apoio dos demais Pares para que apoiem está iniciativa a qual irá beneficiar inúmeras famílias que aguardam por está oportunidade, explicou que o apoio dos Vereadores fortalecerá, pois cabe ao Sr. Prefeito acatar e dar iniciativa ao projeto de lei. Requereu ao Sr. Presidente para criar uma comissão para conversar com o Sr. Prefeito para transmitir as informações e buscar apoio e iniciativa do executivo neste processo. O Vereador solicitou ao Sr. Presidente ajuda para esclarecer ao demais Vereadores como funciona os trâmites da regularização fundiária, tendo em vista que o mesmo é Engenheiro Civil de Profissão e tem mais conhecimento de causa. O Sr. Presidente esclareceu que a única forma de regularização era apenas o Usucapião e por iniciativa do Governo do Estado do Paraná foi criada um programa para que fosse possível fazer a regularização através da Regularização Fundiária à todas as cidades que tem dentro do quadro urbano terrenos que não possuem documentos. Em Rio Bonito do Iguazu tem aproximadamente cinquenta lotes que abrange desde o cemitério até a oficina do Sr. Odair na rua Getúlio Vargas, estes lotes não tem escritura e para ser possível essa regulamentação é necessário criar um projeto de lei para poder regulamentar a regularização fundiária. Com aplicação desta lei o Sr. Presidente informou que torna-se mais rápido, mais barato e mais vantajoso para o município, pois quando é praticado a permuta de terrenos com contrato de compra e venda, o imposto ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Imóveis) não é gerado, apenas o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), afirmou que está legalização trará bônus para município, esclareceu dizendo que os moradores que não tiverem interesse não serão prejudicados, apenas não participaram do processo. Disse que a empresa prestadora do serviço já está fazendo a mesma logística em outros municípios, alguns já concretizados e os representantes esclareceram o procedimento inicial da regularização. O Sr. Presidente frisou que o inicio do processo deverá partir do executivo para dar seguimento dentro da forma da lei, e sugestionou para que os Vereadores se reúnam e centralizem ideias para junto do executivo desenvolver a criação da Lei municipal. O Sr. Presidente apontou a cidade de Laranjeiras do Sul a realizar este pratica e usou o procedimento licitatório para as regiões mais carentes viabilizando as custas do processo. Vereador Nelço Bortoluzzi partilhou informação pelo fato de ter participado da reunião com a empresa anunciada, disse que a primeira despesa seria o trabalho do agrimensor, sendo está despesa atribuída em parcelas. Frisou que existe um procedimento legal para dar inicio aos trâmites, como abertura de edital e audiência publica com as partes interessadas, avaliou vantajoso para o município e para as famílias que lá residem, colocou-se apoiador da causa e incentivou os demais Vereadores a compartilharem da iniciativa. O Vereador João L. Bovino estendeu informando que foi procurado por representantes da empresa COASUL, onde os mesmos solicitaram cascalho em frente ao novo barracão da empresa. Diante do pedido, solicitou ao Sr. Presidente de forma verbal o atendimento para a empresa solicitante, tendo em vista a demanda e estrutura aplicada no município. Esclareceu que seu pedido foi verbal diante da legalidade da data do protocolo de solicitações, acompanhado dos recessos e feriados que ocorreram. Pediu apoio dos demais Vereadores para acatar sua solicitação, pois o mesmo sempre se colocou prestativo aos pedidos dos Nobres Pares, falou que procurou o secretário de viação para solicitar o serviço, mas não obteve êxito devido à paralização das datas de recesso e feriado. O Sr.

Presidente anunciou que também foi procurado por representantes da empresa COASUL, detalhou que, no momento do pedido o mesmo estava junto com o secretário de finanças o qual implicou em providenciar a solução do pedido junto ao secretário de viação. O Vereador Daizi Camello interferiu informando que, o referido pedido da empresa COASUL já está programado, afirmou que sua pessoa e o secretário de viação Sr. Fernando estiveram no local verificando o serviço e no decorrer do prazo de dez dias, após a realização de outra frente de serviço, salvo a interferência das chuvas, o serviço da empresa COASUL seria realizado, justificou o prazo de dez dias diante da logística das máquinas que estão fazendo outro atendimento. Havendo a interferência do Vereador Daizi Camello informando a realização do serviço da empresa COASUL, o Sr. Presidente solicitou o registrado em ata do pedido do Vereador João L. Bovino em plenário o qual anunciou o interesse da realização do atendimento. Não havendo manifestação por parte dos Nobres Vereadores o Sr. Presidente declarou encerrada a presente sessão convocando todos os Vereadores para a sessão ordinária no dia nove de novembro do ano de dois mil e quinze, na sede da Câmara Municipal às dezenove horas. Esta ata foi lavrada por mim, Norberto Carlos Algeri, secretário ad-hoc, que assino com os demais presentes.